

economia



Visão de mercado

João Satt

Estrategista e CEO do G5
joaosatt@gcinco.cc

Vergonha e risco

Há mais de 40 anos aprendi a respeitar quem faz pesquisa de mercado com rigor e responsabilidade. Convivi com profissionais brilhantes que entregavam diagnósticos precisos, capazes de revelar tendências, antecipar movimentos e reduzir riscos. Pesquisa séria não produz opiniões; produz consciência.

Uma pesquisa é como um hemograma. Quando realizada corretamente, ajuda a identificar a realidade e orienta as melhores decisões. Mas, se estiver equivocada, incompleta ou adulterada, induz a um diagnóstico errado e compromete todo o tratamento. Na medicina, isso coloca vidas em risco. Na democracia, pesquisas adulteradas colocam em risco o futuro da sociedade.

Eleições representam um dos momentos mais importantes da vida democrática. Quando os cidadãos definem quem conduzirá o novo ciclo do Estado e do País. Independentemente de ideologias ou preferências partidárias, todos os pré-candidatos merecem respeito.

Pesquisas manipuladas, agridem a classe política comprometendo a qualidade do processo democrático. Basta observar algumas pesquisas divulgadas para o governo do Rio Grande do Sul. Em determinados casos, um mesmo candidato aparece oscilando mais de 20 pontos percentuais em poucas semanas, tendo como base o mesmo universo de eleitores. Diferenças metodológicas podem explicar pequenas variações, mas oscilações dessa magnitude inevitavelmente levantam questionamentos. Afinal, qual retrato representa a realidade? Em qual deles o eleitor deve confiar?

Pesquisas eleitorais influenciam o ambiente político. Podem alterar estratégias de campanha, estimular ou desmobilizar eleitores, afetar doações, modificar alianças e reforçar percepções sobre a viabilidade de determinadas candidaturas. A própria ciência política descreve esse fenômeno como efeito manada (Bandwagon Effect): diante da percepção de que um candidato está na liderança, parte do eleitorado tende a migrar para quem aparenta ter mais chances de vencer, simplesmente porque acredita estar acompanhando a escolha da maioria.

Ou seja, pesquisas influenciam a realidade. Ao perderem credibilidade, enfraquece-se o próprio ambiente democrático. Sempre que levantamentos frágeis, metodologias pouco transparentes ou resultados inconsistentes ocupam espaço no debate público, abre-se caminho para a desinformação, para a polarização e para a erosão da confiança social.

Está mais que na hora de haver uma punição a quem financia, produz ou apoia práticas desonestas. Urge discutir padrões mais elevados de transparência, auditoria e responsabilidade para as pesquisas eleitorais. Não se trata de limitar a atuação dos institutos sérios, mas justamente de protegê-los e preservar a credibilidade de uma ferramenta essencial para a democracia.

Quando a confiança nas pesquisas desaparece, todos perdem: candidatos, eleitores e sociedade. Uma democracia saudável exige diagnósticos confiáveis. A medicina depende de exames precisos para salvar vidas, da mesma forma a democracia de pesquisas responsáveis para evitar riscos ao futuro de todos nós.

João Satt escreve neste espaço, às quartas-feiras a cada duas semanas

Oficializadas regras para trabalho em feriados no País

Categorias essenciais não terão a necessidade de negociação

/ COMÉRCIO

O governo federal definiu as regras para o trabalho em feriados no comércio. Portaria com as normas foram assinadas ontem e passam a valer imediatamente. Após três anos de debate, Executivo federal e entidades do comércio e serviços chegaram a um acordo que determina a necessidade de negociação coletiva entre empresas e empregados - como era antes de 2021 -, com normas sobre o funcionamento e as folgas registradas em convenção coletiva de trabalho. Há, no entanto, uma lista de categorias consideradas essenciais, que está liberada a funcionar sem necessidade de negociação. Horários de trabalho e folgas, no entanto, devem respeitar o que diz a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Dentre as categorias estão farmácias, salões de beleza, comércio de gás de cozinha, postos de combustíveis e feiras livres. Ficaram de fora os supermercados, que não faziam parte de legislação anterior e queriam a liberação para trabalhar sem a necessidade de acordo.

As categorias que podem funcionar em feriados são: venda de pão e biscoitos; varejistas de produtos farmacêuticos (farmácias, inclusive manipulação de receita); flores e coroas; barbearias e salões de beleza; entrepostos de combustíveis, lubrificantes e acessórios para automóveis (postos de gasolina); comércio varejista



TÂNIA MEINERZ/JC

Portaria confirmando as normas veio após três anos de debates

de GLP (gás liquefeito de petróleo); locadores de bicicletas e similares; hotéis, restaurantes, bares e similares (estabelecimentos de hospedagem, alimentação preparada e bebidas a varejo); casas de diversões, inclusive estabelecimentos esportivos em que o ingresso seja pago; feiras livres; porteiros e cabineiros de edifícios residenciais; agências de turismo, locadoras de veículos e embarcações; comércio em feiras e exposições; lavanderias e lavanderias hospitalares e estabelecimentos de prestação de serviços funerários.

Ivo Dall'Acqua, presidente da FecomercioSP, que participou ativamente das negociações, afirma que a portaria garante segurança jurídica às relações de trabalho, preservando a negociação coletiva como um instrumento de equilíbrio entre as partes, já que

poderão negociar regras que não estão na CLT, desde que respeitada a Constituição.

Desde a reforma trabalhista de 2017, o que é negociado entre trabalhadores e empresas vale mais do que o que diz a lei. A norma foi considerada constitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal). "Os critérios estão mais claros para a organização das atividades aos feriados", afirma Dall'Acqua.

A nova portaria também estabelece que as futuras inclusões ou exclusões de atividades com autorização permanente para o trabalho aos feriados deverão ser precedidas de consulta à comissão tripartite, com participação de representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores. O objetivo é fortalecer o diálogo social, proporcionando mais previsibilidade às relações de trabalho.

PF apura desvio milionário de correntistas da Caixa

/ INVESTIGAÇÃO

A Polícia Federal cumpriu ontem 25 mandados de busca e apreensão no Rio de Janeiro e em São Paulo, contra um grupo suspeito de desviar R\$ 45 milhões de correntistas e beneficiários da Caixa Econômica Federal. Segundo a investigação, os suspeitos usavam advogados e servidores públicos para obstruir investigações e ter acesso a dados sigilosos.

A PF afirmou que o grupo "promovia subtração eletrônica de valores da Caixa", sem detalhar como funcionava o esquema. A reportagem procurou a

Caixa por email para saber se a instituição tomou conhecimento dos desvios e se apura possível participação de servidores, mas ainda não houve resposta.

A PF foi procurada com pedido de entrevista, mas não respondeu. O órgão não informou nomes dos alvos e, por isso, a reportagem não localizou as defesas.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos na capital fluminense, Duque de Caxias (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Niterói (RJ) e Cabo Frio (RJ), além de Indaiatuba (SP) e Salto (SP). Cento e vinte agentes foram às ruas, com apoio do Ministério

Público Federal. Os suspeitos contavam com suporte de contraventores para facilitar o contato com servidores públicos que participariam dos desvios, afirmam os investigadores.

A contratação de advogados, também auxiliada por contraventores, tinha "finalidade de impedir eventual apuração do esquema criminoso".

Os envolvidos no esquema podem responder por organização criminosa, obstrução de justiça e violação de sigilo funcional, sem prejuízo de eventuais outros delitos quem possam ser revelados no decorrer das investigações.